



ENTRE O SOCIAL E O PROFISSIONAL: extensão nos cursos de saúde à distância

BETWEEN THE SOCIAL AND THE PROFESSIONAL: extension in distance health courses

ENTRE LO SOCIAL Y LO PROFESIONAL: ampliación de los cursos de salud a distancia

Line Maria de Lima Gadelha¹ <https://orcid.org/0000-0001-5965-5202>
Karla Angélica Silva do Nascimento² <https://orcid.org/0000-0001-6103-2397>

¹ Universidade Christus (Unichristus), Mestrado Profissional em Ensino na Saúde e Tecnologias Educacionais (Mested/Unichristus) – Fortaleza, Ceará, Brasil, linegadelhaestudos@gmail.com

² Universidade Christus (Unichristus), Mestrado Profissional em Ensino na Saúde e Tecnologias Educacionais (Mested/Unichristus), Universidade Estadual do Ceará (UECE) – Fortaleza, Ceará, Brasil, karla.nascimento@unichristus.edu.br

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar as percepções dos docentes que atuam em cursos de graduação na modalidade a distância sobre a integração da extensão universitária nos currículos, especificamente nos cursos de Educação Física e Nutrição de uma Instituição de Ensino Superior (IES) e sobre os obstáculos e as potencialidades a implementação da resolução na modalidade EaD. Adota uma abordagem qualitativa e descritiva, utilizando um questionário com questões abertas e fechadas. Os resultados revelam que a maioria dos professores possui experiência prévia em atividades extensionistas e reconhece sua importância para a formação de profissionais críticos e socialmente comprometidos. No entanto, destacam-se obstáculos como a limitação do apoio institucional, a burocratização dos processos e a ausência de estratégias consistentes de gestão e acompanhamento. Apesar dessas restrições, os docentes valorizam o potencial formativo e transformador da extensão na educação a distância, entendendo-a como um elo entre teoria e prática. Conclui-se que a efetiva implementação da política de extensão nos cursos da área da saúde requer maior compromisso institucional, recursos adequados e estratégias pedagógicas integradoras.

Palavras-chave: curricularização da extensão; educação a distância; formação docente; nutrição; educação física.

ABSTRACT

The study aims to analyze the perceptions of faculty members teaching in distance learning undergraduate programs regarding the integration of university extension programs into the curriculum, specifically in the Physical Education and Nutrition programs at a higher education institution (HEI), as well as the obstacles and opportunities for implementing the resolution in distance learning programs. It adopts a qualitative, descriptive approach supported by a questionnaire containing open-ended and closed questions. The results reveal that most teachers have prior experience with extension activities and recognize their relevance for developing critical and socially engaged professionals. However, they highlight persistent obstacles such as limited institutional support, bureaucratic processes, and the lack of structured management and monitoring strategies. Despite these constraints, participants value the formative and transformative potential of extension in distance education, viewing it as an essential means of connecting theory and practice. The study concludes that effective implementation of the extension policy in online health courses requires strengthened institutional commitment, adequate resources, and pedagogical strategies that align social engagement with academic and professional training.

Keywords: curricularization of extension; distance education; teacher training; nutrition; physical education.

RESUMEN

El estudio tiene como objetivo analizar las percepciones de los docentes que imparten cursos de grado a distancia sobre la integración de la extensión universitaria en los planes de estudio, concretamente en los cursos de Educación Física y Nutrición de una institución de educación superior (IES), así como sobre los obstáculos y las posibilidades que plantea la implementación de la resolución en la modalidad de educación a distancia. Adopta un enfoque cualitativo y descriptivo, utilizando un cuestionario con preguntas abiertas y cerradas. Los resultados revelan que la mayoría de los profesores tiene experiencia previa en actividades de extensión y reconoce su importancia para la formación de profesionales críticos y socialmente comprometidos. Sin embargo, destacan obstáculos como la limitación del apoyo institucional, la burocratización de los procesos y la ausencia de estrategias consistentes de gestión y seguimiento. A pesar de estas restricciones, el profesorado valora el potencial formativo y transformador de la extensión en la educación a distancia, entendiéndola como un nexo entre la teoría y la práctica. Se concluye que la implementación efectiva de la política de extensión en los cursos del área de la salud requiere un mayor compromiso institucional, recursos adecuados y estrategias pedagógicas integradoras.

Palabras clave: curricularización de la extensión; educación a distancia; formación docente; nutrición; educación física.

INTRODUÇÃO

A curricularização da extensão universitária tem se destacado como uma estratégia fundamental para integrar ensino, pesquisa e extensão, promovendo uma formação acadêmica mais ampla e conectada às demandas sociais contemporâneas. Conforme Rocha e Irondes Coelho (2021, p. 3) “[...] a curricularização se refere a todas as situações que se vivencia dentro e fora da Universidade. Portanto, curricularizar é reconhecer e valorizar as experiências vividas pelos alunos, com objetivos formativos, sob a orientação ou não da Instituição”.

Essa integração visa proporcionar aos estudantes a oportunidade de aplicar, na prática, os conhecimentos adquiridos em sua formação acadêmica, reforçando uma aprendizagem que ultrapassa os limites da sala de aula e aproxima o estudante das realidades comunitárias e sociais (Silva, 2020).

No contexto da Educação a Distância (EaD), essa estratégia apresenta desafios específicos, dado o caráter remoto das atividades e a necessidade de articular práticas que garantam a efetiva participação dos estudantes, muitas vezes distribuídos geograficamente em

diversos polos. A Resolução nº 7/2018 do Ministério da Educação (MEC) regulamenta a obrigatoriedade da integração mínima de 10% das atividades de extensão na carga horária dos cursos de graduação, incluindo aqueles ofertados a distância, o que exige das instituições um planejamento cuidadoso para o cumprimento dessas diretrizes (Brasil, 2018) e o Parecer CNE/CES nº 576/2023, que estabelece os princípios e orientações para a implementação da curricularização da extensão (Brasil, 2023).

A Resolução CNE/CES nº 7/2018 organiza a extensão universitária em diferentes modalidades: programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços, compreendidas como formas complementares de materialização das ações extensionistas. Tal organização permite evidenciar não apenas a diversidade de práticas, mas também os diferentes níveis de institucionalização e integração ao currículo, aspectos fundamentais para a consolidação da curricularização da extensão no ensino superior.

Apesar disso, no contexto dos cursos da área da saúde ofertados na modalidade EaD, frequentemente organizados em múltiplos polos distribuídos territorialmente, a operacionalização dessas diretrizes impõe desafios adicionais, especialmente no que se refere à articulação entre as atividades extensionistas e as realidades locais nas quais os estudantes estão inseridos. Por exemplo, nos cursos de Educação Física e Nutrição na modalidade EaD, essa curricularização deve também assumir papel essencial, pois ambos demandam que os estudantes desenvolvam competências práticas e senso crítico sobre a saúde e o bem-estar da comunidade, o que reforça a conexão entre teoria e prática via extensionismo.

Ao considerar a capilaridade dos polos EaD, a extensão universitária permite que esses futuros profissionais interajam de forma dialógica com a sociedade em que estarão inseridos, contribuindo para a transformação social e o desenvolvimento regional (Arienti, 2023; Miguel, 2023). Contudo, a concretização desse potencial não ocorre de forma automática, estando diretamente restrita às condições institucionais e às práticas pedagógicas desenvolvidas nos cursos.

Na prática, segundo Marques e Stallivieri (2024), Nascimento *et al.* (2024), Spatti *et al.* (2023), Nascimento e Fialho (2020), os professores apresentam percepções diversificadas quanto à integração da extensão em seus currículos, enfrentando desafios como a limitação de recursos, a escassez de tempo para o desenvolvimento das atividades extensionistas, a insuficiência de formação específica e as dificuldades de articulação entre as disciplinas e as ações de extensão.

Dessa forma, embora a estrutura multicampi e a capilaridade dos polos ampliem as possibilidades de atuação extensionista, a efetivação da curricularização da extensão depende de condições institucionais favoráveis, do suporte à formação docente e do alinhamento dessas práticas aos projetos pedagógicos institucionais.

Estudos recentes (Fernandes; Corrêa, 2025; Borges *et al.*, 2023; Nozaki; Hunger; Ferreira, 2022; Galdino; Camatari; Sotero, 2022) dialogam com a compreensão da extensão universitária como elemento imprescindível para a integração do conhecimento teórico e prático, promovendo a responsabilidade social e o compromisso ético dos futuros profissionais. Eles ressaltam que a curricularização da extensão é vista como estratégia fundamental para consolidar a universidade como agente de transformação social.

Diante do exposto, o presente estudo buscou analisar as percepções dos docentes que atuam em cursos de graduação na modalidade a distância sobre a integração da extensão universitária nos currículos, especificamente nos cursos de Educação Física e Nutrição de uma Instituição de Ensino Superior (IES) e sobre os obstáculos e as potencialidades a implementação da resolução na modalidade EaD. O estudo é relevante porque busca entender como é possível aprimorar a formação acadêmica e fortalecer o compromisso social da universidade em sua missão de educar para a cidadania e a transformação social.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada e adota uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório-descritivo, do tipo estudo de caso, conforme recomendado por Minayo (2014), buscando compreender os desafios enfrentados pelos docentes na implementação da curricularização da extensão. Enquanto Yin (2001) define o estudo de caso como estratégia para investigar fenômenos contemporâneos complexos dentro de um contexto real, essencial para entender processos organizacionais.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário eletrônico estruturado, elaborado na plataforma Google Forms, contendo questões fechadas e abertas. As perguntas permitiram descrever o perfil e a experiência docente, os desafios e sugestões sobre a implementação da curricularização da extensão.

Os dados foram coletados automaticamente pelo sistema do Google Forms e exportados para planilha eletrônica no Microsoft Excel, e seguiram para análise de conteúdo temática, conforme Bardin (2011), realizada manualmente em três etapas: pré-análise, exploração do

material e tratamento e interpretação dos resultados. Essa abordagem permitiu valorizar as nuances e singularidades das respostas, buscando uma compreensão contextualizada das práticas docentes e de suas implicações na formação em EaD.

Os onze docentes que atuam nos cursos de Nutrição e Educação Física EaD de um centro universitário cearense, foram selecionados intencionalmente, por atuarem em disciplinas que envolvem atividades de extensão, o que assegura a relevância de suas experiências para o fenômeno estudado. As questões abordaram temas como: conhecimento sobre a Resolução nº 7/2018 (Brasil, 2018); práticas de extensão e sua integração curricular; desafios enfrentados; critérios de avaliação; impacto na carga de trabalho; apoio institucional e necessidades de formação docente.

A interpretação dos dados foi articulada à literatura científica e às normativas vigentes, buscando assegurar validade e coerência analítica. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer nº 7.044.411, e os instrumentos e as planilhas resultantes foram depositados em repositório de acesso aberto (Zenodo), garantindo transparência e reprodutibilidade da pesquisa (<https://doi.org/10.5281/zenodo.19889504>).

Na sequência, os resultados são apresentados e analisados à luz da literatura (Fernandes; Corrêa, 2025; Borges *et al.*, 2023; Nozaki; Hunger; Ferreira, 2022; Galdino; Camatari; Sotero, 2022), buscando fundamentar as investigações segundo os teóricos selecionados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram organizados em seis categorias temáticas emergentes, que representam os principais eixos de sentido identificados nas respostas: perfil e contexto dos respondentes; conhecimento, experiência e modalidades; avaliação da integração dos currículos; desafios enfrentados; apoio institucional e impacto e necessidades e expectativas de formação.

3. 1 Perfil e contexto dos respondentes

A amostra de docentes participantes é marcada pela diversidade de perfis em termos de formação acadêmica, tempo de experiência profissional e áreas de atuação, o que representa uma base rica e heterogênea para a análise. Com distribuição equilibrada entre os cursos de Nutrição e Educação Física e média de docência superior a cinco anos, o grupo revela forte familiaridade com práticas de campo, atividades comunitárias e processos formativos em saúde

coletiva. Essa trajetória contribui para que os participantes apresentem percepções situadas sobre as potencialidades e os entraves da curricularização da extensão, considerando tanto a especificidade de suas áreas quanto as limitações estruturais do ensino na modalidade a distância.

Assim, a diversidade de perfis docentes não apenas amplia a representatividade da amostra, mas também evidencia a multiplicidade de compreensões sobre o papel da extensão universitária na EaD. Essa pluralidade reflete o que Freire (2014) denominou de educação como prática da liberdade, em que as experiências e saberes prévios dos sujeitos tornam-se ponto de partida para o diálogo e a problematização da realidade.

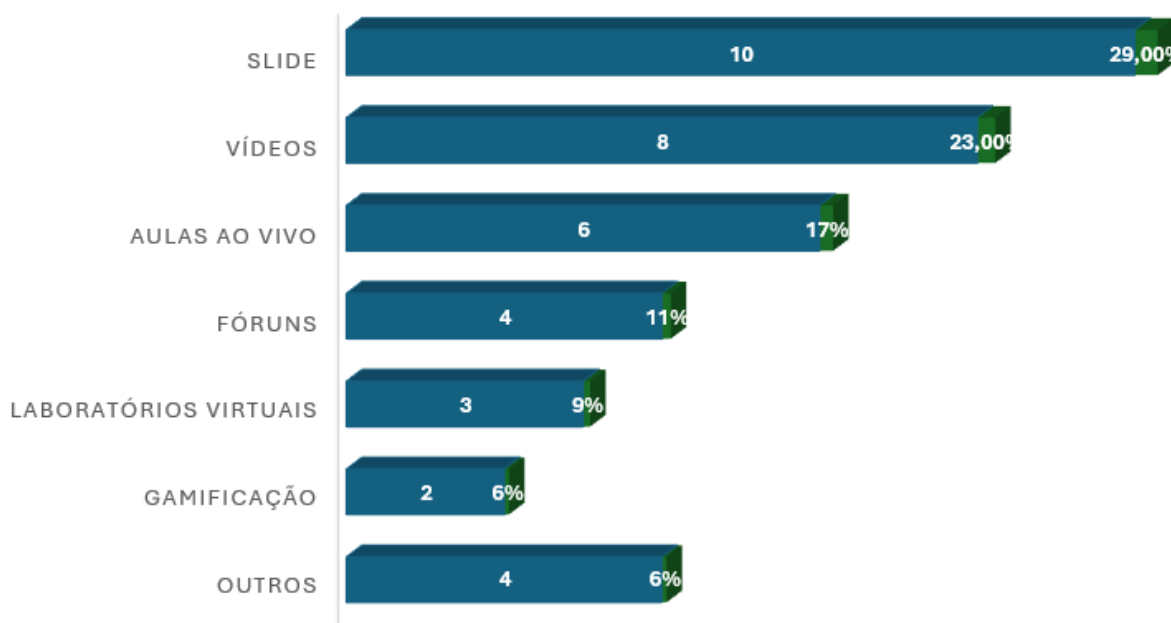
Desse modo, o conjunto das respostas sugere que a extensão, quando vivenciada a partir das especificidades das áreas da saúde, pode potencializar o vínculo entre universidade e comunidade, desde que apoiada por políticas institucionais que reconheçam a complexidade dessa mediação e as demandas formativas do corpo docente.

3.2 Conhecimento, experiência e modalidades

Após a caracterização do perfil docente e das trajetórias profissionais que evidenciaram experiências diversas em EaD e extensão, tornou-se pertinente compreender como os professores utilizam os recursos tecnológicos e de que maneira tais escolhas se vinculam à curricularização da extensão e à formação crítica dos estudantes.

A relação entre tecnologias educacionais, curricularização da extensão e formação crítica dos estudantes exige compreender que, na EaD, os recursos tecnológicos não se restringem ao apoio técnico ao ensino, mas podem atuar como mediadores da aprendizagem, da interação e das ações extensionistas (Lira; Lage, 2024).

Assim, na segunda dimensão de análise observou-se que os slides e os vídeos são os recursos pedagógicos tecnológicos mais usados pelos docentes durante as atividades de ensino na modalidade à distância, demonstrando que eles preferem ministrar as aulas com materiais de estudo audiovisuais e visuais que podem facilitar a compreensão por parte dos alunos sobre os conteúdos, conforme Figura 1. Contudo, mais do que apoiar a exposição de conteúdos, tais recursos podem também potencializar práticas extensionistas quando utilizados para promover problematização, interação com demandas do território e articulação entre formação acadêmica e intervenção social.

Figura 1 – Recursos pedagógicos tecnológicos utilizados pelos professores

Fonte: Elaboração própria (2026).

A presença mais tímida de ferramentas colaborativas e de mídias autorais sugere, contudo, que ainda há um caminho a percorrer para a plena integração entre tecnologia, extensão e produção de conhecimento coletivo. Essa constatação abre espaço para discutir os limites entre o uso instrumental da tecnologia e sua apropriação crítica no ensino superior.

Nesse sentido, a adoção de métodos pedagógicos digitais, como o uso de mídias, pode também potencializar a integração entre o ensino e extensão, ao aproximar os alunos de fatos e práticas mais colaborativas. O sucesso da curricularização da extensão, enquanto política, envolve a superação do isolamento entre as disciplinas, exigindo o exercício da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Silva, 2020; Xerez *et al.*, 2020; Nascimento, 2019).

Os resultados mostram que a articulação entre extensão e conteúdo programático das disciplinas, a maioria dos docentes (n=6) percebe a articulação de forma “Muito articulada” ou “Parcialmente articulada”. Apenas um respondente (P11) a classificou como “Pouco articulada”, sugerindo que, no nível da implementação pedagógica, o esforço em integrar a Extensão aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) tem sido realizado.

Essa percepção é reforçada por falas que evidenciam planejamento conjunto e integração avaliativa entre as disciplinas e os projetos extensionistas. Um dos participantes (P10) destacou que a extensão “planejada em conjunto com as disciplinas, com objetivos e

avaliação integrados”, o que sinaliza uma compreensão mais amadurecida da proposta. Ainda assim, o fato de um respondente classificar a articulação como “pouco articulada” revela que o processo está em construção e requer consolidação institucional.

Esses elementos indicam que a articulação entre extensão e conteúdos curriculares tem sido percebida de forma predominantemente positiva pelos docentes, sugerindo avanços no processo de integração aos PPCs. Tal movimento dialoga com Arienti (2023), ao evidenciar que, embora induzida por normativas institucionais, a curricularização se concretiza de maneira gradual e heterogênea.

As respostas que destacam planejamento conjunto, definição de objetivos e integração avaliativa apontam para níveis mais amadurecidos de implementação, conforme indicam Marques e Stallivieri (2024), para quem a efetividade da extensão curricularizada depende de sua inserção estruturante no processo formativo. Contudo, a percepção de baixa articulação por parte de um dos docentes revela que essa integração ainda não se consolida de forma homogênea, corroborando a análise de Nozaki, Hunger e Ferreira (2022) de que a práxis extensionista se constitui como um processo em construção, demandando contínua ressignificação das práticas pedagógicas.

No entanto, a forma de extensão mais frequente acende um alerta crítico sobre as modalidades de extensão mais utilizadas, assinalando que a maioria dos professores (n=9) utiliza as modalidades de prestação de serviços à comunidade e/ou projetos de extensão. A prestação de serviços é reconhecida pela Resolução CNE/CES nº 7/2018 como uma das modalidades de extensão universitária, desde que orientada por princípios formativos, dialógicos e socialmente referenciados (Brasil, 2018). Nesse sentido, a normativa desloca essa prática de uma perspectiva assistencialista para uma abordagem integrada ao currículo, na qual o serviço prestado se constitui como espaço de aprendizagem e produção de conhecimento.

Se, por um lado, a prestação de serviços cumpre o objetivo de intervenção social imediata, por outro, sem a necessária mediação teórica crítica, ela pode resvalar para uma perspectiva assistencialista e politicamente indiferente. Como alerta Vale *et al.* (2024), a extensão universitária deve superar o caráter de ajuda pontual e caminhar em direção à responsabilidade social transformadora, promovendo trocas horizontais de saberes e o empoderamento das comunidades envolvidas.

Nesse sentido, é fundamental questionar se as práticas extensionistas desenvolvidas na EaD estão gerando conhecimento crítico sobre as causas das questões sociais ou se ainda permanecem vinculadas a uma lógica instrumental e imediatista. Conforme argumentam

Nozaki, Hunger e Ferreira (2022), há o risco de a curricularização da extensão ser absorvida pela lógica mercadológica, voltada à empregabilidade, esvaziando seu potencial emancipatório e formativo. Para que a extensão cumpra seu papel político e pedagógico, é necessário fortalecer práticas que articulem reflexão, intervenção e compromisso social.

Dessa forma, o uso de recursos tecnológicos pelos docentes pode ser compreendido como um eixo integrador entre inovação pedagógica e compromisso social, desde que inserido em uma proposta crítica e contextualizada. Embora as tecnologias sejam amplamente utilizadas como suporte ao ensino, ainda é preciso avançar na apropriação pedagógica e extensionista desses recursos, transformando-os em instrumentos de diálogo, coautoria e produção de conhecimento socialmente relevante.

3.3 Integração da extensão no currículo

Os dados revelam que a maioria (n=9) dos docentes já participou de alguma forma de atividades de extensão universitária, com maior frequência os eventos de extensão como seminários, workshops e palestras, seguidos pelos projetos de extensão, cursos e prestação de serviços à comunidade. Apenas um participante afirmou nunca ter participado de ações dessa natureza. O que indica que a maior parte possui respaldo para falar se há integração da extensão com a matriz curricular dos cursos.

Esses resultados corroboram a compreensão de que a extensão é um campo formativo essencial para a formação integral e cidadã dos estudantes, conforme destaca Miguel (2023), ao assegurar que a curricularização da extensão reafirma o papel social da universidade na construção de uma educação voltada à transformação social e ao compromisso ético com as demandas comunitárias. A familiaridade dos docentes com diferentes modalidades extensionistas, portanto, não apenas os habilitam a avaliar criticamente o processo de implementação, mas também revela que a prática da extensão está enraizada nas atividades institucionais e no cotidiano pedagógico dos cursos analisados.

No que se refere à integração da extensão à matriz curricular, dez docentes afirmam que a integração está plenamente implementada, enquanto apenas um indica que o processo ainda está em fase de consolidação. Esse resultado evidencia que a instituição estudada vem se adequando ao disposto na Resolução nº 7/2018 do CNE/MEC, que determina a inserção de, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação em atividades extensionistas (Brasil, 2018).

Conforme defende Miguel (2023), isso acontece porque essa integração revela o comprometimento institucional com a função social da universidade, buscando formar profissionais que compreendam criticamente as realidades sociais e que desenvolvam competências éticas, reflexivas e transformadoras.

Apesar de existirem experiências bem-sucedidas de integração, há fragilidades nos mecanismos de gestão e monitoramento das atividades, o que pode comprometer a coerência entre o planejamento pedagógico e a execução das práticas extensionistas. Essa constatação é reforçada por Spatti *et al.* (2023), ao discutirem que a implementação da curricularização da extensão exige instrumentos de avaliação e acompanhamento contínuos, capazes de mensurar seus impactos formativos e sociais. Para os autores, a integração efetiva não se resume ao cumprimento de uma exigência normativa, mas requer estratégias de gestão institucional, formação docente e avaliação de resultados que garantam o engajamento de todos os envolvidos no processo educativo.

Assim, evidencia-se a necessidade de políticas mais consistentes de acompanhamento das ações extensionistas, que assegurem a participação efetiva de docentes e discentes, promovendo uma integração viva entre teoria e prática. Essa articulação é essencial para que a extensão cumpra sua finalidade formadora e emancipatória, permitindo que o conhecimento produzido na universidade dialogue com as necessidades sociais e contribua para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

3.4 Desafios enfrentados

Quando questionados acerca dos desafios enfrentados na curricularização da extensão, as respostas relacionadas ao apoio institucional revelaram contradições estruturais que comprometem as atividades extensionistas. Tais contradições indicam que, embora a política possua significativo potencial formativo e social, sua implementação tem, em alguns contextos, contribuído para a intensificação do trabalho docente, conseqüentemente com sua precarização (Miguel, 2023). Apesar disso, os dados indicam alta disposição dos docentes em participar de formações quando convidados, a maioria respondeu “Sim, muito”, revelando interesse expressivo com a formação continuada.

Dentre os principais obstáculos apontados pelos docentes em relação à curricularização da extensão, destacam-se três aspectos recorrentes: o excesso de demanda e carga horária de trabalho, a insuficiência de recursos financeiros e orçamentários e a fragilidade do apoio e da

infraestrutura institucional. A recorrência da menção ao excesso de carga de trabalho evidencia uma tensão entre o compromisso ético-profissional dos docentes com a formação e a extensão e as exigências da racionalidade gerencial que orienta o funcionamento contemporâneo da universidade, conforme problematiza Miguel (2023).

A curricularização da extensão, que demanda tempo de planejamento estratégico e pedagógico, articulação com a comunidade e acompanhamento diferenciado dos estudantes, tem sido frequentemente incorporada às atribuições já existentes dos docentes, sem a correspondente reestruturação das condições institucionais. Nozaki, Hunger e Ferreira (2022) evidenciam que a integração entre ensino e extensão, compreendida como uma práxis, requer um conjunto de mediações pedagógicas e organizacionais que ampliam as demandas sobre o trabalho docente. Ademais, como destacam Marques e Stallivieri (2024), a efetivação dessa integração pressupõe planejamento e articulação institucional, o que nem sempre é acompanhado por condições adequadas de trabalho.

Outros desafios citados pelo excesso de demanda estão também relacionados com a falta de recursos, isso causa um sintoma da crise de financiamento da educação e fragilidade institucional, que se manifesta inclusive em IES privadas ao repassar o custo da execução da política pública obrigatória diretamente aos docentes. Essa percepção aparece de forma contundente na fala de um dos docentes: “A resolução é linda no papel, mas sem tempo e sem verba específica, a extensão vira só mais um item para ser ‘encaixado’ nas horas vagas. A IES não dá estrutura de mobilidade ou apoio de pessoal para a comunidade” (P4).

A formação em EaD, entretanto, poderá apresentar limitações de deslocamento e depende das condições locais de mobilização dos estudantes em relação aos contatos com a comunidade, o que pode agravar esse risco, formalizando a extensão sem aprofundar sua dimensão social e política (Silva, 2020). Neste sentido, a presença ou ausência de apoio institucional aparece como elemento que viabiliza as práticas.

3.5 Apoio institucional e impacto

No que se refere ao apoio institucional, aspecto abordado na pesquisa com o intuito de compreender as condições concretas que sustentam a realização das atividades de extensão, como recursos financeiros, infraestrutura, suporte pedagógico e formação docente, a maioria dos participantes avaliou esse apoio como “regular” ou “insuficiente”. Essa percepção expressa uma fragilidade estrutural recorrente nas instituições de ensino superior brasileiras,

especialmente nas que atuam na modalidade a distância, em que a mediação tecnológica e o acompanhamento das práticas extensionistas exigem recursos contínuos e planejamento integrado.

A ausência de um apoio efetivo e sistemático tende a deslocar a responsabilidade da instituição para o docente, individualizando a execução das ações de extensão. Isso resulta em uma prática burocratizada, em que a extensão se converte em uma tarefa isolada, dependente do esforço e da iniciativa pessoal dos professores, e não de um projeto coletivo institucional. Tal dinâmica contraria o cerne da Resolução nº 7/2018 do CNE/MEC, que estabelece a extensão como componente curricular obrigatório e indissociável do ensino e da pesquisa, e não como atividade suplementar ou opcional (Brasil, 2018).

O artigo 3º da referida Resolução define a extensão como processo interdisciplinar, educativo e transformador, que articula a universidade à sociedade por meio da produção e da aplicação do conhecimento em diálogo com a realidade social. Já o artigo 5º reforça que a inserção curricular deve ocorrer de forma planejada, com objetivos, metodologias e avaliações integradas ao projeto pedagógico do curso. Entretanto, como apontam os resultados desta pesquisa, tais diretrizes frequentemente não se concretizam na prática institucional, devido à carência de condições materiais, políticas e administrativas que garantam o desenvolvimento sustentável das atividades extensionistas.

Essa contradição entre o que está previsto na norma e o que ocorre na realidade expressa o que se pode denominar, conforme os autores críticos da educação superior, de “lei em ação”: uma política pública progressista, a curricularização da extensão, que perde parte de seu potencial emancipatório ao ser implementada em um contexto universitário marcado por produtivismo, sobrecarga docente e restrição orçamentária.

Assim, como sinaliza Arienti (2023), a implementação dessa política tende a se dar de forma heterogênea, tensionada por condições institucionais que nem sempre favorecem sua integração ao currículo. A sobreposição de demandas, a restrição de recursos e a centralidade de lógicas operacionais reduzem o alcance crítico da extensão, deslocando-a, em alguns casos, de uma perspectiva formativa e transformadora para práticas mais instrumentais e fragmentadas.

A própria Resolução, em seu artigo 14º, estabelece que as Instituições de Ensino Superior (IES) devem assegurar condições de apoio financeiro e logístico às atividades de extensão. Contudo, essa exigência legal nem sempre é observada (Brasil, 2018). A falta de recursos específicos, de incentivos para a formação de equipes multidisciplinares e de políticas

de valorização docente compromete a qualidade e a continuidade das ações, convertendo-as em experiências pontuais e de baixo alcance social.

Apesar dessas limitações, os dados indicam que os docentes reconhecem a relevância pedagógica e social da extensão e continuam empenhados em realizar atividades que promovam o vínculo entre universidade e comunidade. Muitos demonstram engajamento ético e compromisso social, conduzindo seus estudantes a uma formação mais crítica, participativa e menos tecnicista. Essa disposição individual reflete o que Marques e Stallivieri (2024) identificam como um movimento de resistência e ressignificação da extensão, em que os professores, mesmo diante da precarização, constroem práticas dialógicas e transformadoras.

De modo semelhante, Spatti *et al.* (2023) ressaltam que a efetividade da curricularização depende do apoio institucional e da gestão integrada das ações, que devem envolver tanto o corpo docente quanto os setores administrativos e de extensão. Segundo os autores, a ausência desse suporte resulta em uma implementação fragmentada e desigual entre cursos, enfraquecendo a capacidade da extensão de gerar impacto social mensurável.

3.6 Necessidades e expectativas de formação

Apesar dos desafios de falta de recursos e estruturais, a percepção do impacto na formação é de modo geral positiva (n=8), conforme a respostas dos entrevistados que classificaram como “Muito importante” ou “Positivo”. Esses relatos indicam que os docentes reconhecem na extensão universitária um espaço de formação significativa e o ensino ganha sentido social (Arienti, 2023; Miguel, 2023; Nascimento *et al.*, 2024), ao responderem que “melhora a “relevância social da atividade”, o “impacto efetivo na comunidade” e o “engajamento discente” em concordância com os autores Batista, Santos e Nunes (2021), a experiência da extensão promove a educação interprofissional e a atenção integral à saúde das comunidades.

Contudo, é crucial analisar o que se entende por “formação profissional”. Em cursos da área da saúde como Nutrição e Educação Física, a extensão é vista como um meio para adquirir competências práticas e ético-políticas. O risco, todavia, reside no fato de que, sob as condições de precarização, a curricularização da extensão em EaD pode se limitar a: i) formação técnica: o estudante aprende a *fazer* uma ação pontual (exemplo: palestra, evento) sem que esta atividade o leve à compreensão crítica das determinações sociais do problema (exemplo: obesidade, sedentarismo); ii) formação acrítica: a Extensão torna-se mais um instrumento de habilitação

profissional em um currículo, e não um eixo de transformação que instigue o profissional a se posicionar contra as desigualdades que geram os problemas que ele tenta mitigar.

O dado do respondente P11, que classifica o impacto como “Neutra – Não percebo grandes impactos, é uma integração regular”, serve como contraponto crítico. Ele sugere o que a curricularização se torne uma mera formalidade burocrática ou mais um *check-list* para o MEC, sem a necessária radicalidade social que a política de extensão exige.

Por outro lado, há docentes que demonstram disposição em fortalecer a dimensão formativa. Como expressou o professor P4, do curso de Nutrição: “Creio que precisamos de um trabalho maior sobre a extensão, conscientizar os alunos da importância para sua formação. Fazer eventos que realmente possam causar impacto nos discentes. Fortalecer Integração de tecnologias, aprendizagens baseadas em projetos, parcerias intersetoriais”. Essa fala mostra um olhar docente preocupado com a complexidade de uma formação de qualidade, pautada em práticas pedagógicas inovadoras e conectadas às demandas reais da sociedade.

Assim, os resultados apontam para um cenário complexo: a curricularização da extensão está sendo formalmente implementada e bem-recebida pelos docentes no nível pedagógico. Contudo, ela está sob forte pressão das contradições da universidade neoliberalizada, sendo o ônus da sua realização (aumento da carga, falta de recursos) transferido ao corpo docente a responsabilidade de fazer tudo funcionar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar as percepções dos docentes que atuam em cursos de graduação na modalidade a distância sobre a integração da extensão universitária nos currículos, especificamente nos cursos de Educação Física e Nutrição de uma IES, bem como compreender os obstáculos e as potencialidades da implementação da Resolução nº 7/2018 na modalidade EaD.

Os resultados evidenciaram que os docentes reconhecem a relevância pedagógica e social da extensão universitária, percebendo-a como um instrumento formativo essencial que possibilita o diálogo entre universidade e sociedade. Essa percepção revela uma compreensão amadurecida sobre o papel da extensão no processo de formação cidadã, na medida em que ela articula teoria e prática e promove o engajamento discente em atividades voltadas à transformação social. A maioria dos professores demonstrou compreender que a inserção da

extensão no currículo amplia o significado do ensino, aproximando os estudantes das realidades locais e fortalecendo o compromisso ético e social da profissão.

Contudo, a pesquisa também mostrou que a efetiva integração da extensão na matriz curricular enfrenta importantes barreiras institucionais e estruturais. Entre elas destacam-se a falta de apoio financeiro e logístico, a sobrecarga de trabalho docente, a escassez de tempo para planejamento pedagógico e a ausência de políticas de incentivo e formação continuada. Esses fatores dificultam a concretização do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, comprometendo a sustentabilidade e o alcance social das ações. Na modalidade a distância, essas limitações são ainda mais complexas, dado que as práticas extensionistas demandam maior esforço de mediação tecnológica, mobilização comunitária e acompanhamento das atividades de campo.

Apesar desses desafios, observou-se um movimento de resistência e comprometimento por parte dos docentes. Mesmo diante da precariedade estrutural, eles têm buscado formas criativas e colaborativas de implementar a extensão, articulando-a às práticas pedagógicas e aos conteúdos das disciplinas. Essa disposição revela o potencial emancipador da política, quando conduzida por professores engajados em uma perspectiva crítica de formação. O uso de recursos tecnológicos, como vídeos, mídias digitais e metodologias ativas aparece como estratégia relevante para potencializar o alcance das atividades extensionistas e fortalecer o vínculo entre ensino e comunidade, especialmente no contexto da EaD. No entanto, tais recursos são pouco ou subutilizados pelos professores.

Somente por meio de uma gestão comprometida com o financiamento, a valorização docente e a integração entre ensino, pesquisa e extensão, será possível consolidar uma curricularização efetiva, capaz de formar profissionais críticos, éticos e socialmente engajados, preparados para atuar em contextos diversos e contribuir para o fortalecimento da cidadania e da justiça social.

REFERÊNCIAS

ARIENTI, W. L. Sobre a implementação da curricularização da extensão: caracterizações e preocupações. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, [S. l.], v. 20, n. 45, p. 168-189, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5007/1807-0221.2023.e89716>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/89716>. Acesso em: 13 abr. 2026.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3ª ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, A. K.; SANTOS, N. O.; NUNES, J. F. Atenção integral à saúde como estratégia para a integração ensino-serviço-comunidade: Extensão Universitária na área da Saúde durante a pandemia de COVID-19. **Disciplinarum Scientia | Ciências Humanas**, Santa Maria/RS, v. 2, n. 2, p. 191-197, 2021. DOI: <https://doi.org/10.37780/ch.v22i2.3970>. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumCH/article/view/3970>. Acesso em: 30 mar. 2026.

BORGES, C. R. de M. R. *et al.* Oportunidades e desafios da curricularização da extensão no curso de nutrição: projeto sala de espera. *In: Anais do Seminário de Atualização de Práticas Docentes*, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 39-43, 2023. Disponível em: <https://anais.unievangelica.edu.br/index.php/praticasdocentes/article/view/9851>. Acesso em: 30 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES nº 576/2023**, de 9 de agosto de 2023. Revisão da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília: CNE, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/pareceres-do-cne/ces/2023/pces576_23.pdf. Acesso em: 30 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira... Brasília: MEC/CNE, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 30 mar. 2026.

FERNANDES, B.; CORRÊA, D. A. Impactos de um projeto de extensão universitária no percurso formativo em educação física escolar. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, Paraná, v. 21, e2524691, p. 01-17, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.21.24691.013>. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/24691>. Acesso em: 30 mar. 2026.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e terra, 2014.

GALDINO, A. S. C.; CAMATARI, F. O. dos S.; SOTERO, A. M. Curricularização da extensão como prestação de serviço em saúde para o combate da obesidade. **Revista de Extensão da Universidade de Pernambuco-REUPE**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 5-11, 2022. DOI: <https://doi.org/10.56148/2675-2328reupe.v7n1.268.pp5-11>. Disponível em: <https://revistaextensao.upe.br/index.php/reupe/article/view/268>. Acesso em: 30 mar. 2026.

LIRA, A. L. das N.; LAGE, D. de A. Produções audiovisuais na educação em ciências: uma pesquisa bibliográfica. **Revista Eixo**, Brasília, v. 13, n. 2, p. 20–32, 2024. DOI: <https://doi.org/10.19123/REixo.v13n2.2>. Disponível em: <https://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/revistaeixo/article/view/47>. Acesso em: 30 mar. 2026.

MARQUES, G. C. N.; STALLIVIERI, L. Estratégias Práticas para a Curricularização da Extensão. **Revista e-Curriculum**, [S. l.], v. 22, p. e53360, 2024. DOI: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2024v22e53360>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/53360>. Acesso em: 30 mar. 2026.

MIGUEL, J. C. A curricularização da extensão universitária no contexto da função social da universidade. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 19, n. 50, p. e11534, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v19i50.11534>. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/11534>. Acesso em: 30 mar. 2026.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NASCIMENTO, K. A. S. do. Panorama das publicações científicas nacionais e internacionais sobre a aprendizagem móvel e a prática colaborativa. **Educação & Formação**, [S. l.], v. 4, n. 12, p. 207–229, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25053/redufor.v4i12set/dez.3342>. Disponível em : <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/3342>. Acesso em: 30 mar. 2026.

NASCIMENTO, K. A. S. do; CIRINO, J. C. A.; AMORIM, A. L. S.; GADELHA, L. M. de L. A extensão universitária em prol da inclusão digital à comunidade do norte cearense. **Revista Interagir**, [S. l.], v. 19, n. 126, edição suplementar, p. 5-11, abr./maio/jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.12662/1809-5771ri.126.5570.p5-11.2024>. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/interagir/article/view/5570>. Acesso em: 30 mar. 2026.

NASCIMENTO, K. A. S. do; FIALHO, L. M. F. Integração das Tecnologias Móveis em aulas de cursos superiores da área da saúde. **EAD em Foco**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18264/eadf.v10i1.989>. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/989>. Acesso em: 30 mar. 2026.

NOZAKI, J. M.; HUNGER, D. A. C. F.; FERREIRA, L. A. Práxis e curricularização da extensão universitária na Educação Física. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Brasil, v. 13, n. 1, p. 1-11, 2022. DOI: <https://doi.org/10.36661/2358-0399.2022v13n1.12472>. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/12472>. Acesso em: 30 mar. 2026.

ROCHA, D.; IRONDES COELHO, M. Currículos e curricularização da formação docente contemporânea nos mestrados em educação da UFPA, UEPA, UFT NA/DA Amazônia Brasileira. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. e020144, 2021. DOI: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2015v1n1ID1552>. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/1552>. Acesso em: 14 abr. 2026.

SILVA, Â. A. de S. Escritas dos professores-cursistas na formação continuada de professores: reflexão sobre dificuldades no manuseio de tecnologias no curso de extensão mídias na educação. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e020118, 2020. DOI: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2020v10n1ID1475>. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/1475>. Acesso em: 30 mar. 2026.

SPATTI, A. C., *et al.* Curricularização da extensão universitária: como medir seus impactos? **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 19, n. 58, p. 265-289, out./dez., 2023. DOI: <https://doi.org/10.3895/rts.v19n58.16441>. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/rts/article/view/16441>. Acesso em: 30 mar. 2026.

VALE, C. T.; ARAÚJO, E. B. de; SANTOS, K. P. F. dos; ARAÚJO, M. A. F. S. Extensão universitária, do assistencialismo à responsabilidade social. **Estudos Avançados sobre Saúde e Natureza**, [S. l.], v. 44, p. 49-60, 2024. Disponível em:

<https://www.periodicojs.com.br/index.php/easn/article/view/2000>. Acesso em: 30 mar. 2026.

XEREZ, A. S. P., *et al.* Jovens da escola pública: diálogos e reflexões acerca das possibilidades e limites de seu ingresso nas universidades brasileiras. **Aula**, [S. l.], v. 26, p. 187-198, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14201/aula202026187198>. Disponível em: <https://revistas.usal.es/index.php/0214-3402/article/view/aula202026187198>. Acesso em: 30 mar. 2026.

YIN, R. **Estudo de caso**. Planejamento e métodos. São Paulo: Artmed Editora, 2001.

Histórico Editorial

Submetido: 02 de abril de 2026.

Publicado: 11 de junho de 2026.

Line Maria de Lima Gadelha

Diretora Pedagógica de EaD e Assessora do Reitor do Centro Universitário Ateneu (UniAteneu). Mestre pelo Mestrado Profissional em Ensino na Saúde e Tecnologias Educacionais (Mested) da Universidade Christus (Unichristus). Professora do curso de Pós-graduação em Gestão Escolar do Centro Universitário Ateneu (UniAteneu). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Membro do grupo de pesquisa: Tecendo Redes Cognitivas de Aprendizagem (G-TERCOA/UFC).

Contribuição de autoria: Administração do Projeto, Análise Formal, Conceituação, Curadoria de Dados, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição, Investigação, Metodologia.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0748084404363988>

Karla Angélica Silva do Nascimento

Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Ceará - UECE (orientadora de doutorado, mestrado e iniciação científica) e do Mestrado Profissional em Ensino na Saúde e Tecnologias Educacionais (MESTED/Unichristus). Pós-doutora em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação e Ciências Integradas do Sertão de Canindé da UECE. Editora da Revista Educação Formação do PPGE/UECE.

Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Tecnologias e Acessibilidade – EduTeca.

Contribuição de autoria: Análise Formal, Conceituação, Escrita – Revisão, Investigação, Supervisão.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5267121220942302>

COMO REFERENCIAR – ABNT

GADELHA, L. M. L.; NASCIMENTO, K. A. S. do. ENTRE O SOCIAL E O PROFISSIONAL: extensão nos cursos de saúde à distância. **Revista Exitus**, Santarém/PA, e026021, V. 16, n.1., 2026. <https://doi.org/10.24065/re.v16i1.3121>

COMO REFERENCIAR - APA

GADELHA, L. M. L.; & NASCIMENTO, K. A. S. do. (2026). ENTRE O SOCIAL E O PROFISSIONAL: extensão nos cursos de saúde à distância. *Revista Exitus*, 16, e026021. <https://doi.org/10.24065/re.v16i1.3121>

Licença de Uso

Licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.